

**Comissão Permanente de Segurança
Ata de Reunião**

Data: 19.05.2016

Local: Sala 506-B – Prédio Sede do TRT

Presenças:

Gilberto Souza dos Santos, Desembargador do Trabalho (coordenador);
Andréa Saint Pastous Nocchi, Juíza Auxiliar da Presidência;
Rodrigo Machado Jahn, Juiz do Trabalho Substituto;
Adriana Moura Fontoura, Juíza do Trabalho, representante da AMATRA IV;
João Luiz Peixoto da Silva, Coordenador da Coordenadoria de Segurança Institucional

Pauta: Apresentação do modelo de Plano de Segurança da Unidade

Secretário(a): Rodrigo Menezes Citrin (AGE)

Hora de início: 16h e 10min

Hora de término: 17h e 40min

Aos dezenove dias de maio de dois mil e dezesseis reuniu-se a Comissão Permanente de Segurança. Registro Preliminar: a Juíza Elisabete Santos Marques informou sobre sua ausência devido a audiências e assuntos da Direção do Foro de Porto Alegre. Peixoto trouxe os dados atualizados sobre materiais perigosos que tiveram o ingresso impedido no TRT no ano de 2016. Os dados foram encaminhados ao Gabriel da SECOM. Peixoto explicou, em relação ao Plano de Proteção ao Magistrado, que a decisão de quem irá prestar a proteção ao magistrado ameaçado é da Polícia Federal. Peixoto passou a apresentar o modelo de Plano de Segurança da Unidade (PSU). Explicou, ainda, que o PSU deve ser adaptado para as peculiaridades de cada unidade. Ponderou que deveria ser sugerido aos Foros o horário de atuação dos vigilantes, com o intuito de otimizar o efetivo para os momentos em que se realizam as audiências. Relatou o caso de São Leopoldo, onde o vigilante armado cuida do estacionamento e não da entrada do Foro. J. Adriana relatou o caso de Camaquã, onde o vigilante era relapso no exercício das suas atribuições, e que o caso fora resolvido com a orientação do vigilante para o correto exercício do seu trabalho. Peixoto informou que está em fase de instalação o portal no Foro de Passo Fundo. J. Rodrigo alertou sobre o risco de manuseio da arma de fogo por pessoa inapta, quando da guarda desta arma. Peixoto ressaltou que o visual da segurança contribui para a inibição de qualquer ação contra a unidade. Por fim, salientou que deve haver norma que regulamente a implementação do PSU nas unidades do TRT. **Deliberado o envio à Presidência de PA para da implementação do PSU em todos os Foros. Peixoto abrirá PA para encaminhamento à Presidência para aprovação da implementação.** Des. Gilberto apresentou documento da Associação do Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal, sobre um Núcleo de Inteligência para acompanhar a execução, desde a identificação de bens e pessoas, com acompanhamento dos oficiais de justiça na efetivação das execuções. Informou que o Juiz Clocecar gostaria de participar da próxima reunião para apresentar dados que

está levantando. J. Andréa explicou que para o levantamento de patrimônio já existe o JACEP realizando tal tarefa. Entendeu que, no tocante à segurança dos oficiais de justiça, é assunto a ser abordado pela Comissão de Segurança. Peixoto explicou que existe à disposição dos oficiais de justiça, hoje, o serviço de inteligência da Coordenadoria de Segurança Institucional (CSI) para levantamento de informações sobre pessoas previamente à execução de mandados. Peixoto abordou a questão do uso do crachá, especialmente no prédio sede do TRT. Ressaltou a necessidade de alteração do layout da entrada pela Rua Marcílio Dias. Deliberada a retomada do PA sobre a mudança de layout da guarita para acesso de pessoas com crachá. **Des. Gilberto questionou sobre o ingresso na Comissão de pessoa indicada pela Juíza Elisabete. Deliberado pela participação eventual, mas não permanente.** Reunião encerrada às 17h e 40min. Ata subscrita por mim, Rodrigo Menezes Citrin, Assistente da AGE, e remetida eletronicamente aos presentes para validação.